



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE ARIQUEMES 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário:

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1 Estrutura Física.....	8
2.2 Recursos Humanos.....	9
2.3 Serviços.....	11
2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	11
2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	13
2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	15
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	17
3.1 Estrutura Física.....	18
3.2 Recursos Humanos.....	19
3.3 Serviços.....	20
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	20
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	22
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	24
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	25
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	26
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	28
4.1 Estrutura Física.....	28
4.2 Recursos Humanos.....	30
4.3 Serviços de Acolhimento Institucional.....	31
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	32
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	33
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	33
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	33
5. Considerações finais.....	33

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Ariquemes, que

compreende os municípios de Ariquemes, Buritis, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Cacaupê, Rio Crespo e Cujubim.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 184.021 pessoas residem nos oito municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste período de referência cerca de 91.354 usuários encontravam-se inscritos no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 50% da população regional.

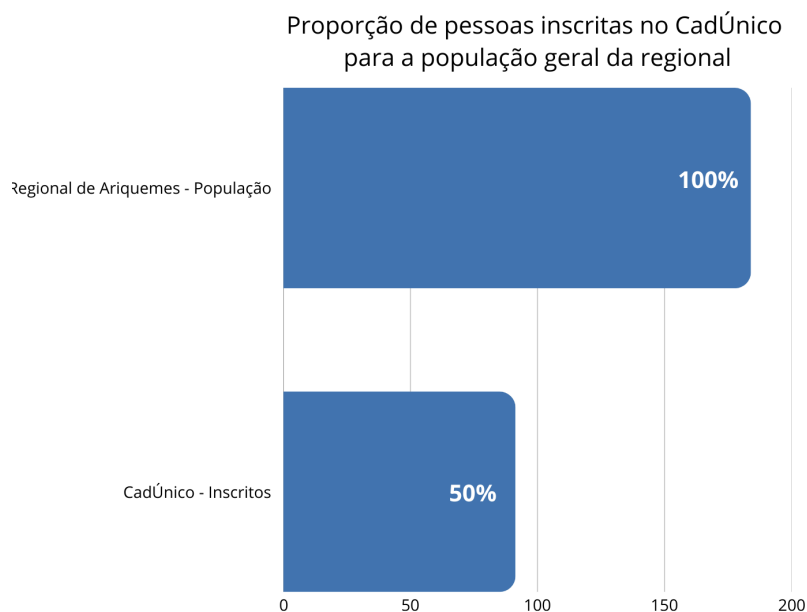


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritos na regional é de 99.111, destas cerca de 32,1% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 24,7% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 43,2% acima de meio salário mínimo, ou seja, os dados do CadÚnico indicam que cerca de 56% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde à aproximadamente 51.158 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

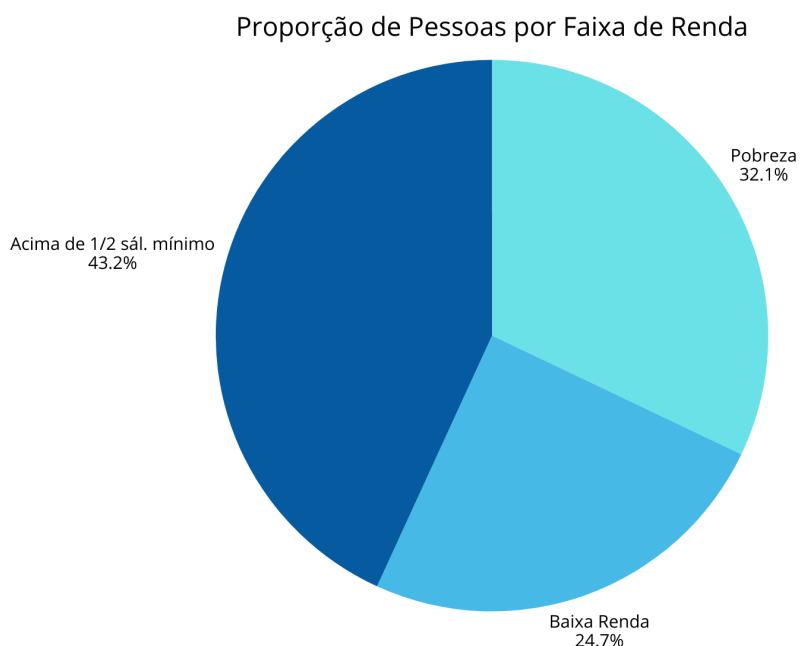


Gráfico 2

Fonte: CECAD (2025)

Deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) estão distribuídas em 23.267 famílias, média de 2,19 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com oito Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 1 (um) CRAS grande porte capaz de referenciar até 5.000 famílias;
- 1 (um) CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;
- 6 (seis) CRAS de pequeno porte I capaz de referenciar até 2.500 famílias;

Desta forma, a rede da região com base nos dados disponíveis é capaz de atender a demanda potencial de 23.500 mil famílias, capacidade equivalente ao público potencial que atualmente encontra-se qualificado dentro da base de dados do CadÚnico. Entretanto, deve-se levar em conta o fato da regional ter território amplo com especificidades socioculturais do fator amazônico. Nesse sentido, o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socio-territorial. Além da alta vulnerabilidade e da insuficiente cobertura de serviços socioassistenciais, a área territorial total corresponde a 23.260,9 km² o que impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I.

Uru-Eu-Wau-Wau, áreas com atividades extrativistas (Ex. Resex Rio Preto Jacundá, Flona Jamari), os Distritos (Ex. Bom Futuro, Vila União e etc), área com forte atividade garimpeira, entretanto com componente tradicional predominante de agricultores familiares, assentados e vivendo em propriedades rurais distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1 Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS e dos Centros de Convivências. Na Regional de Ariquemes, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 12,5% insuficientes, 62,5% suficientes, 12,5% regular e 12,5% superior.

Os dados indicam que a maior parte dos equipamentos da regional possuem condições para oferta dos serviços da proteção social básica, mas que a maior parte classificados como “suficientes”, ainda necessitam investir em melhorias para que padrões mais adequados sejam alcançados, principalmente quanto à acessibilidade. Os equipamentos classificados “insuficientes” representam um oitavo das unidades.

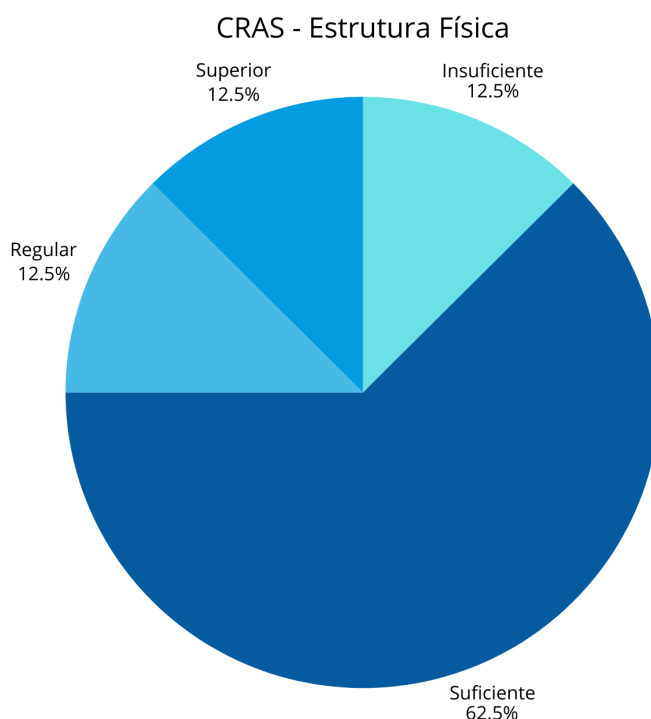


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre os principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- A falta de um espaço acessível, com ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e adequações arquitetônicas básicas, tem limitado bastante o acesso à estrutura física à usuários portadores de deficiência e mobilidade reduzida.
- A falta de prontuários físicos do SUAS no âmbito do equipamento tem fragilizado a realização de acompanhamento das famílias no PAIF por meio

da utilização de instrumentais inadequados para essa função.

Seguindo adiante, dos Centros de Convivência avaliados nessa regional, foram classificados, em relação a estrutura física: 75% se enquadram em superior, 25% em suficiente. Desse modo, todos os centros da regional apresentam condições para prestação de um serviço de qualidade à população, conforme pode-se verificar na representação gráfica.

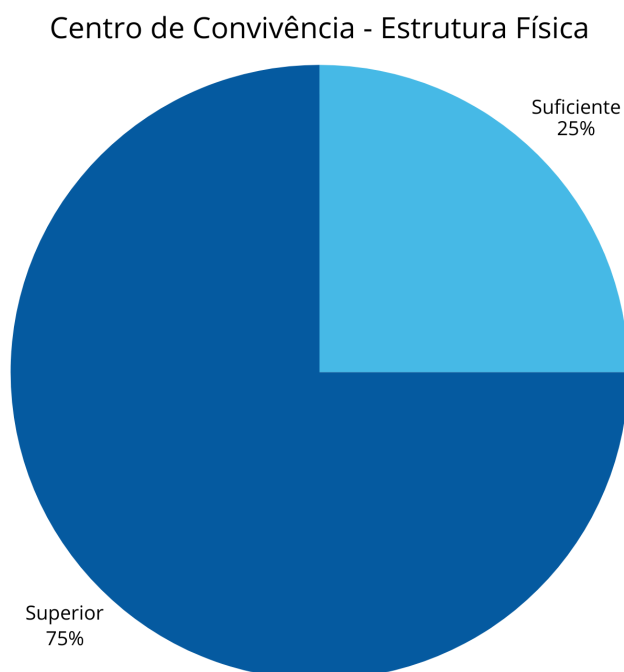


Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Durante o monitoramento, foi possível verificar boa estrutura física disponível nos centros de convivência da regional.

2.2 Recursos Humanos.

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação ao CRAS: 87,5% superior e 12,5% suficiente. O monitoramento evidenciou que a maior parte dos equipamentos localizados na regional de Ariquemes estão compostos por recursos humanos em conformidade com os cadernos de orientações técnicas. Conforme ilustrado de maneira gráfica abaixo:

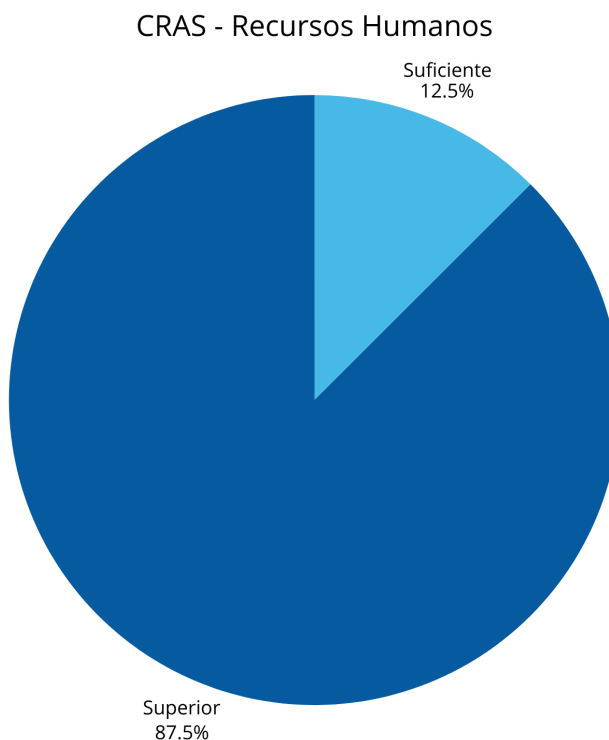


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Das potencialidade e fragilidades observadas *in loco* durante o processo de monitoramento destacam-se:

Pontos Fortes

- Municípios com equipes qualificadas para o atendimento das famílias e indivíduos, fato que reflete na qualidade dos serviços.
- Unidades com equipes completas em conformidade com a NOB-SUAS/RH.

Pontos Fracos

- Municípios sem oferta de educação permanente aos trabalhadores do SUAS, ausência de capacitação inicial e formação continuada às equipes.
- Ausência de orientadores sociais, o que compromete diretamente a oferta do PAIF e ações coletivas.
- Alta rotatividade de profissionais em algumas regionais o que prejudica a estruturação dos processos e fluxos inerentes aos trabalhos.

Diante das análises realizadas nessa seção, é importante salientar que os recursos humanos representam um ponto central da rede socioassistencial para que os serviços sejam prestados de forma técnica atendendo ao princípio de proteção social integral toda equipe de referência deve dominar os aspectos fundamentais dos serviços, dos instrumentais, ações e estratégias para contribuir com a mitigação das vulnerabilidades no território, o fortalecimento dos recursos humanos da rede socioassistencial é condição para melhoria dos indicadores dos serviços.

2.3 Serviços

2.3.1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Ariquemes, os dados de monitoramento apontam que 25% dos equipamentos foram classificados como insuficientes, 12,5% como suficientes e 62,5% regulares, não havendo registros de unidades avaliadas como superiores.

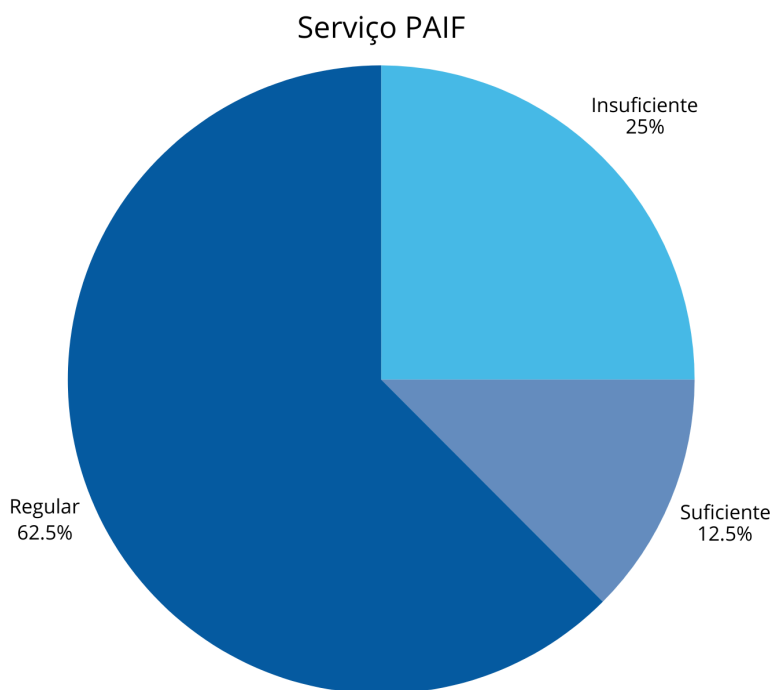


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Municípios com atendimentos qualificados aos usuários, orientação e encaminhamentos a rede, boa articulação com as políticas intersetoriais.

- Realização da referência e contrarreferência com as demais unidades da assistência social.
- Fluxos, processos e protocolos bem estruturados para execução do serviço aos usuários.
- Comprometimento e engajamento das equipes na execução dos serviços socioassistenciais.

Pontos Fracos:

- Municípios com o serviço prejudicado devido à sobrecarga de demandas da Proteção Social Especial que são absorvidos pela equipe do CRAS, devido ausência de equipe da proteção social especial no território.
- Não utilização do Prontuário Físico do Governo Federal e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) para acompanhamento familiar. Ausência de registros sistemáticos de acompanhamentos e atividades, exceto registros pontuais de encaminhamentos.
- Baixa em gestão integrada do PAIF com os outros programas, projetos e benefícios. Como o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Não realização de registros no Sistema de Condicionalidades (SICON) relativos ao acompanhamento de beneficiários do Programa Bolsa Família.
- Benefícios eventuais estão sendo entregues sem avaliação da equipe técnica, contrariando normativas e fragilizando o caráter socioassistencial.
- Ausência de oficinas ou grupos do PAIF em execução e as atividades coletivas previstas nos Cadernos de Orientações não estão em funcionamento.

Em síntese, a análise do PAIF na Regional de Ariquemes evidencia avanços pontuais na manutenção da oferta, porém ainda marcada por desafios significativos relacionados à qualidade do serviço. A predominância de classificações consideradas regulares indica um patamar mínimo de funcionamento, mas com sinais de fragilidade que podem comprometer a efetividade do trabalho social com famílias. A limitação no uso dos instrumentais técnicos, a baixa articulação intersetorial e a ausência de ações coletivas planejadas a partir das vulnerabilidades territoriais revelam a necessidade de um esforço conjunto de gestão e equipe para o fortalecimento da metodologia do PAIF. Investir na qualificação continuada dos profissionais, na integração com outras políticas públicas e na retomada das atividades coletivas vinculadas às demandas reais do território é essencial para

consolidar uma oferta mais proativa, integrada e capaz de promover proteção e desenvolvimento social às famílias atendidas.

2.3.2 Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Ariquemes, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que todos os equipamentos estão classificados como 87,5% irregulares e 12,5% insuficiente, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

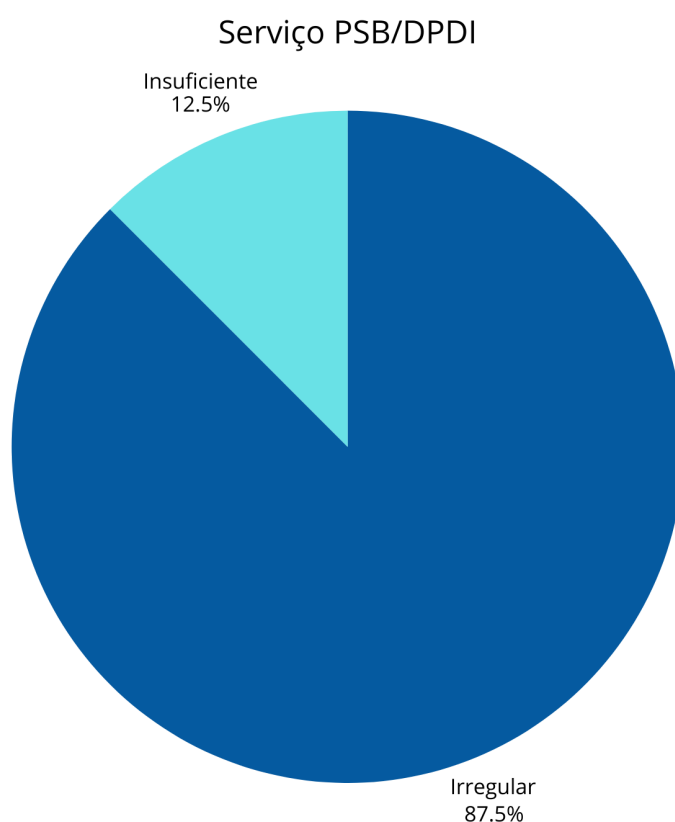


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais fragilidades identificadas:

- Desconhecimento do serviço e suas atribuições, revelando lacunas na formação e na gestão do SUAS. Muitas equipes ainda associam o atendimento domiciliar às ações pontuais dentro do PAIF, em dissonância com a tipificação socioassistencial. O serviço, que deveria promover acompanhamento continuado, estímulo à convivência e fortalecimento de vínculos, acaba sendo reduzido a visitas pontuais, resultando na invisibilidade de um público que requer atenção especial.
- Ausência de planejamento específico para sua execução, sem equipe designada ou previsão no plano de ação municipal. A falta de institucionalização impede a alocação adequada de recursos humanos e materiais, além de dificultar a articulação com políticas complementares, como saúde, mobilidade e acessibilidade. O serviço passa a ser tratado como atividade eventual, e não como parte estruturante da Proteção Social Básica.
- Atendimentos limitados a encaminhamentos externos, geralmente provenientes do Sistema de Garantia de Direitos, evidenciando a ausência de protagonismo do CRAS na identificação e acompanhamento das pessoas idosas e com deficiência. Essa lógica reativa descaracteriza a natureza preventiva e protetiva do serviço, reduzindo seu alcance e impacto no território.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Ariquemes ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Ariquemes, o monitoramento apontou que dos serviços: 25% classificados como insuficientes, 12,5% como suficientes e 25% como regulares, 37,5% superiores.

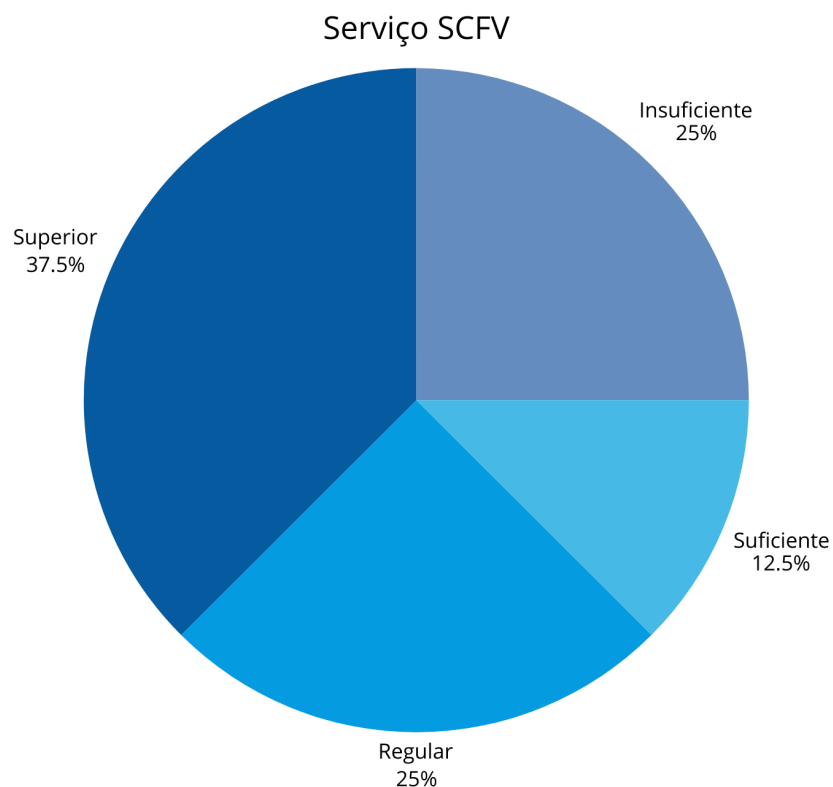


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos identificados:

Pontos Fortes:

- Há boa execução do serviço tipificado em algumas unidades.
- Existem ações já estruturadas nos eixos do SCFV (“Eu comigo”, “Eu com o outro”, “Eu com a cidade”).
- Há disposição da equipe em articular-se com o CRAS e ampliar o referenciamento, embora isso ainda não ocorra de forma sistemática.

Pontos Fracos:

- Em alguns equipamentos o serviço não está sendo ofertado e não há unidades referenciadas.

- Fragilidade no entendimento da execução do serviço tipificado, especialmente sobre público prioritário e objetivos dos eixos norteadores.
- Ausência de participação periódica com a equipe de referência para planejar, monitorar e avaliar as ações do SCFV.
- Planejamento insuficiente dos encontros de grupos, que não estão articulados com o PAIF e nem seguem com regularidade.
- Fragilidade na paridade de vagas entre público prioritário e demanda geral.
- Grupos do SCFV fragilizados, carecendo de fortalecimento do trabalho dos eixos conforme cartilhas e Cadernos de Orientações.
- Visitas domiciliares não estão sendo realizadas pelos orientadores sociais ou equipe técnica para acompanhamento do público do SCFV.
- O Sistema SISC não está sendo preenchido, comprometendo o acesso a recursos federais vinculados ao serviço.

Em síntese, o SCFV na Regional de Ariquemes apresenta potencial de fortalecimento, mas ainda enfrenta desafios para consolidar uma oferta contínua, articulada e planejada na rede pública. A baixa integração com o PAIF e a ausência de metodologia estruturada reduzem o impacto social esperado do serviço, que deve atuar de forma preventiva e proativa. O aprimoramento do serviço depende da consolidação de fluxos de referência e contrarreferência, da qualificação das equipes e da construção de agendas coletivas que dialoguem com as especificidades territoriais e com as demandas reais dos públicos atendidos.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Ariquemes evidenciou um cenário de regularidade (50% regular e 50% suficiente), o que indica que os equipamentos apresentam estrutura minimamente adequada ao atendimento aos usuários.

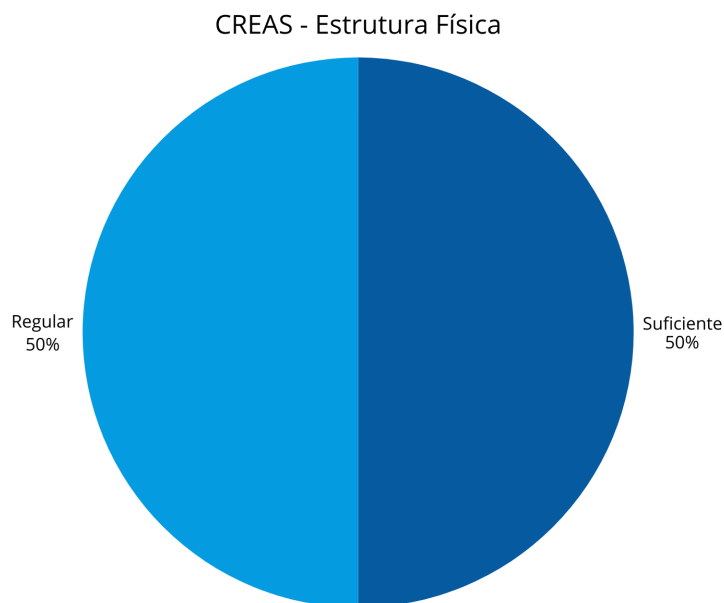


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Pontos Fortes:

- Distribuição adequada de ambientes para oferta do serviço em conformidade com as Orientações Técnicas do CREAS (Sala de atendimento, sala coordenação, recepção, banheiros e etc)

Pontos Fracos:

- Falta de acessibilidade nas unidades, com ausência de rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil e adequações arquitetônicas, o que limita o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- Ausência de mapa territorial, não foi identificado mapa territorial com: abrangência de atuação do CREAS, legenda e identificação dos equipamentos do SUAS; Localização atualizada de serviços setoriais; Indicação dos fluxos territoriais.

Em síntese, os CREAS da Regional de Ariquemes apresentam condições adequadas para prestação do serviço, devendo investir na melhoria da acessibilidade e organização das informações, a exemplo do mapa territorializado, para elevar os indicadores regionais quanto à estrutura física e material.

3.2 Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que dos CREAS analisados apresentavam 50% quadro de pessoal insuficiente e 50% foram avaliados como suficientes, refletindo diretamente na qualidade e regularidade da oferta dos serviços. Essa constatação decorre, principalmente, do déficit de orientadores sociais e profissional jurídico (advogado), o que tem gerado sobrecarga das equipes técnicas, obrigadas a acumular atribuições e fragilidades na prestação do serviço.

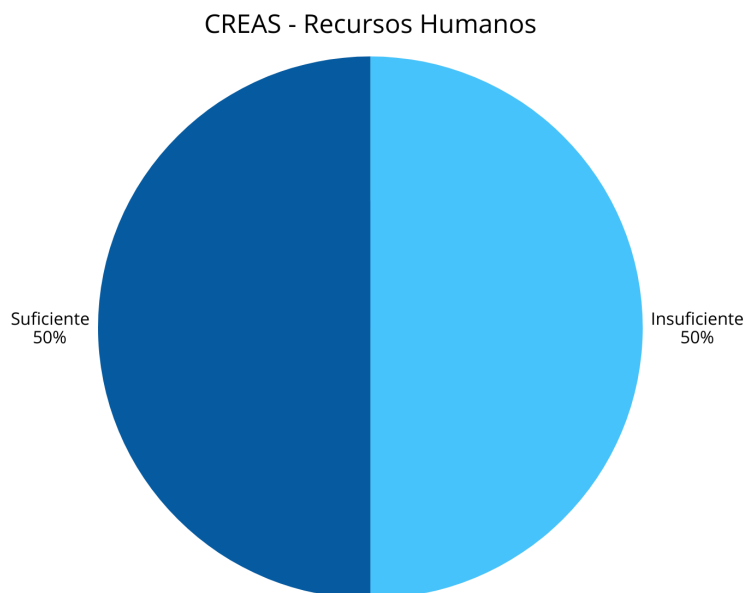


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos de fragilidade identificados:

- Ausência de equipes completas, com falta de profissionais exigidos no quadro mínimo (advogados e orientadores sociais), o que gera desequilíbrio na distribuição de tarefas, sobrecarga funcional e ausência da oferta de ofertas fundamentais como a orientação jurídico-social;
- Falta de educação permanente, capacitação inicial e formação continuada das equipes, descumprindo normativas e impactando a qualidade técnica das

ações, agravada pela alta rotatividade de profissionais;

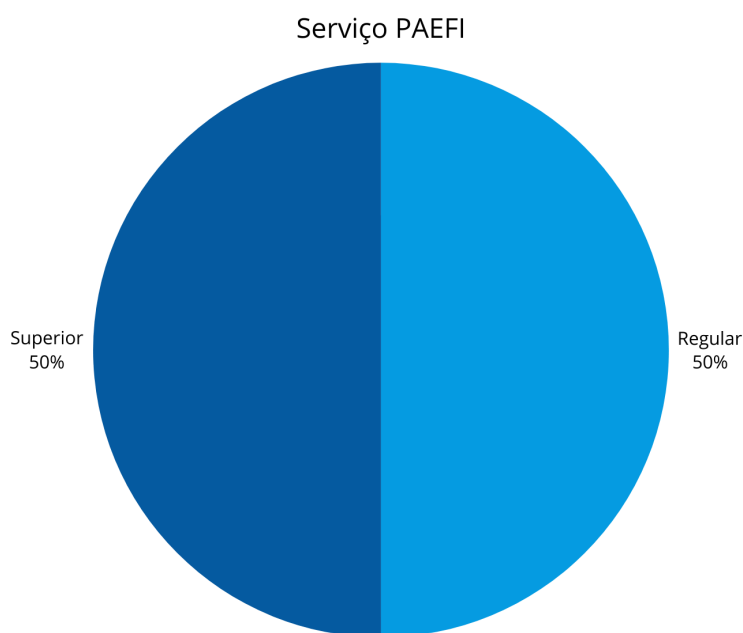
Em conclusão, a análise dos recursos humanos dos CREAS da Regional de Ariquemes revela que o principal desafio está na manutenção de equipes completas, capacitadas e estáveis. A insuficiência de profissionais, somada à ausência de formação continuada, compromete tanto a efetividade do trabalho social quanto a continuidade dos acompanhamentos. A sobrecarga identificada não apenas reduz a qualidade dos atendimentos, mas também ameaça a sustentabilidade das ações no médio e longo prazo. Assim, torna-se imprescindível o fortalecimento da política de gestão do trabalho no SUAS, com foco em planejamento de pessoal, valorização profissional e educação permanente, assegurando condições dignas de trabalho e uma oferta qualificada dos serviços socioassistenciais.

3.3 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Ariquemes, identificou-se que 50% dos CREAS apresentaram o PAEFI avaliadas como regulares e 50% foram classificados como insuficientes, revelando que, embora metade das unidades consiga manter a oferta do serviço dentro dos parâmetros mínimos, ainda persistem desafios importantes que comprometem a qualidade e a efetividade do atendimento.

**Gráfico 9**

Fonte: Vigilância Socioassistencial

- **Pontos Fortes:** O PAEFI apresenta uma execução considerada satisfatória, evidenciando que certas unidades mantêm uma prática consistente no atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos. As equipes demonstram segurança na condução dos casos, assegurando atendimento, orientação e intervenções técnicas necessárias. Observa-se que as demandas são atendidas de forma responsável, com continuidade e diligência, garantindo proteção adequada sempre que situações de violência, negligência ou outras violações chegam ao serviço. A capacidade técnica da equipe e o compromisso com o atendimento reforçam a credibilidade do PAEFI na região.
- **Pontos Fracos:** Apesar da boa execução, há fragilidades importantes relacionadas ao registro e à organização do acompanhamento, especialmente no que se refere à elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar, que ainda não está sistematizado conforme preconizado nacionalmente. A articulação intersetorial também se mostra limitada, com pouca participação em espaços de discussão de caso, o que dificulta respostas integradas às situações atendidas. Além disso, o serviço não vem promovendo grupos, oficinas ou ações coletivas, o que empobrece o processo pedagógico e a dimensão comunitária do trabalho do PAEFI. Os registros em prontuário físico são insuficientes, prejudicando a documentação do trabalho técnico e a rastreabilidade dos atendimentos, assim como as

palestras e ações educativas não têm sido realizadas de forma contínua.

De modo geral, o PAEFI na regional de Ariquemes demonstra avanços na consolidação da oferta e na manutenção de equipes técnicas capacitadas, contudo, ainda requer investimentos contínuos na contratação e qualificação profissional, na utilização plena dos instrumentos técnicos e na articulação intersetorial. O fortalecimento desses aspectos é essencial para garantir que o serviço cumpra integralmente sua função protetiva e promova respostas mais efetivas às situações de violação de direitos acompanhadas nos CREAS.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Ariquemes, os dados do monitoramento indicaram que 25% dos CREAS estavam com o RH suficiente e 75% como regular, refletindo um cenário de heterogeneidade na execução do serviço entre os municípios.

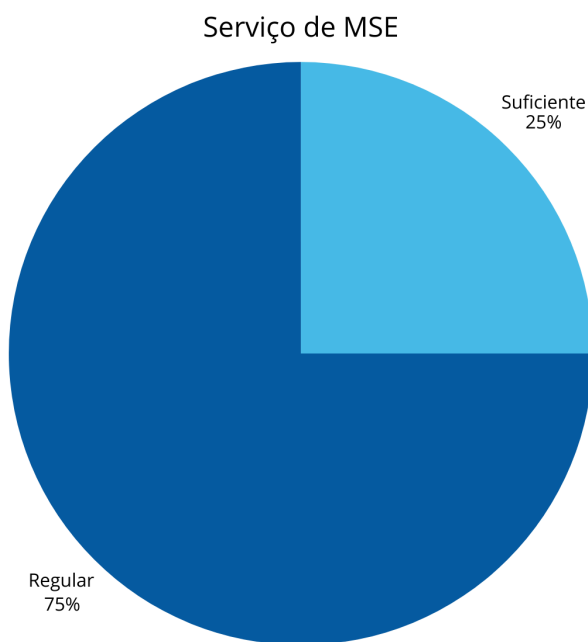


Gráfico 10

Fonte: Vigilância Socioassistencial

- **Pontos Fortes:** O serviço de Medidas Socioeducativas, quando existente, é executado de forma regular e conforme a tipificação, demonstrando domínio técnico dos procedimentos e rotinas associadas às medidas em meio aberto. A equipe existente, mesmo acumulando funções, consegue garantir a continuidade do atendimento quando há adolescentes em cumprimento de LA ou PSC.
- **Pontos Fracos:** A estrutura de execução apresenta fragilidades importantes, principalmente porque o serviço é realizado pela mesma equipe do CREAS e, segundo relatos, também por equipe do CRAS, o que evidencia sobrecarga e ausência de equipe especializada. Além disso, não há articulação robusta com a rede intersetorial para estudos de caso e atendimentos multidisciplinares, o que limita a intervenção sobre fatores que influenciam a trajetória do adolescente.

O serviço de MSE na regional de Ariquemes demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Ariquemes, o monitoramento identificou que as unidades não estavam ofertando o serviço de forma específica, mas atendendo a demanda por meio do PAEFI, o que não é suficiente para caracterizar sua execução.

Principais fragilidades identificadas:

- Inexistência de planejamento estruturado para a execução do serviço: a ausência de um plano de ação específico tem comprometido a continuidade e a qualidade das ofertas, resultando em atuação desorganizada e pouco direcionada.
- Atuação da equipe pouco definida: a indefinição de papéis e responsabilidades dentro da equipe técnica reflete-se em ações pontuais e sem sistematicidade, limitando o alcance das metas de proteção e acompanhamento.
- Pouca articulação entre CREAS e Centro-Dia: em unidades onde o serviço é ofertado por meio do Centro-Dia, observa-se baixa integração com a equipe de referência do CREAS, o que enfraquece a atenção integral e o acompanhamento familiar.
- Referência e contrarreferência fragilizadas com a rede socioassistencial: a comunicação insuficiente entre serviços e a falta de fluxos consolidados de encaminhamento e retorno reduzem a efetividade do acompanhamento e o acesso das famílias a outros atendimentos complementares.

A análise evidencia que o PSE/PCDIF na regional de Ariquemes apresenta um funcionamento ainda incipiente em grande parte das unidades, carecendo de fortalecimento institucional e técnico. O avanço na efetividade do serviço depende da implementação de um planejamento estruturado, da definição clara de papéis na equipe e do aprimoramento da articulação intersetorial e intra rede. A consolidação desses elementos é fundamental para que o serviço alcance seu propósito de

garantir proteção integral, autonomia e dignidade às pessoas com deficiência e idosas acompanhadas pela rede socioassistencial.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Ariquemes, o monitoramento indicou que 50% das unidades foram classificadas como suficientes e 50% regulares, o que indica boa execução do serviço tipificado na regional.

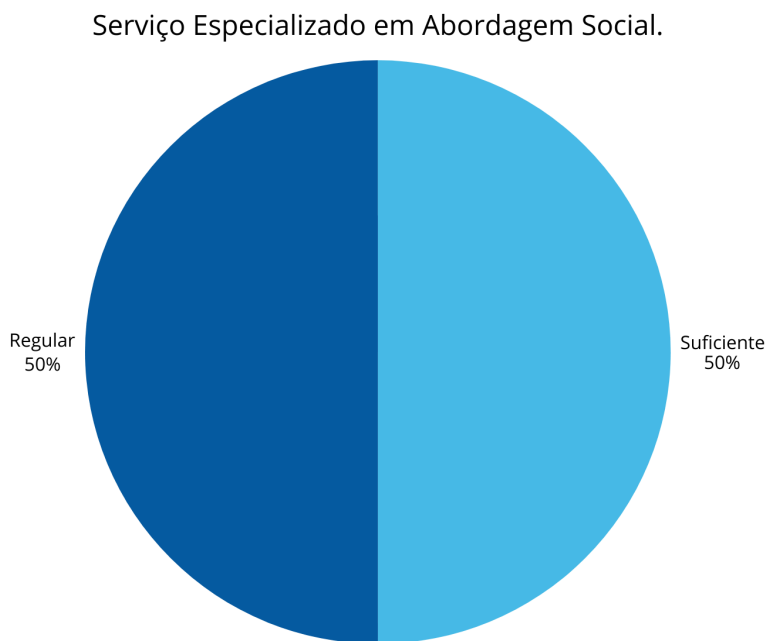


Gráfico 11

Fonte: Vigilância Socioassistencial

- **Pontos Fortes:** A Abordagem Social do município conta com a parceria consolidada com Organização da Sociedade Civil, o que amplia a capacidade de presença territorial e reforça as possibilidades de identificação de situações de risco e violações de direitos. A existência dessa cooperação mostra a boa intenção do município em buscar alternativas para manter o

serviço ativo, mesmo diante de limitações estruturais.

- **Pontos Fracos:** Entretanto, observa-se ausência de regularidade nas ações territoriais, o que dificulta a construção de vínculos com as pessoas abordadas e reduz a efetividade do serviço. A equipe realiza as abordagens de forma pontual e reativa, concentrando as respostas no PAEFI e não estruturando uma rotina própria e contínua de monitoramento. Além disso, há baixa articulação com a rede intersetorial em políticas públicas - reduzindo a capacidade de encaminhamento protetivo, construção de fluxos e acompanhamento compartilhado. Assim, o serviço de abordagem acaba desempenhando um papel limitado e pouco sistematizado, contrariando o caráter ativo e territorial preconizado pela PSE.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado em Abordagem Social na regional de Ariquemes ainda se encontra em processo de consolidação, necessitando de fortalecimento técnico e operacional para garantir sua efetividade. A baixa regularidade das ações, somada à ausência de equipes específicas, limita o alcance da proteção social e a capacidade de resposta às situações de vulnerabilidade presentes nos territórios. O fortalecimento da proteção social proativa, com equipes estruturadas, planejamento sistemático e articulação permanente com o CREAS e demais serviços da rede SUAS, é fundamental para que o serviço cumpra plenamente sua função de assegurar o acesso à cidadania e à dignidade às pessoas em situação de rua e em risco social.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve oferecer acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada com o CREAS e o Centro POP, quando existente, para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Ariquemes, o monitoramento apontou que 50% dos serviços foram classificados como insuficientes e 50% como suficientes, indicando sérias limitações na capacidade de atendimento e na estrutura ofertada aos usuários. Esse cenário reflete a necessidade de ampliação da cobertura e da qualidade do serviço, especialmente diante da crescente demanda de pessoas em situação de rua nos municípios da regional.

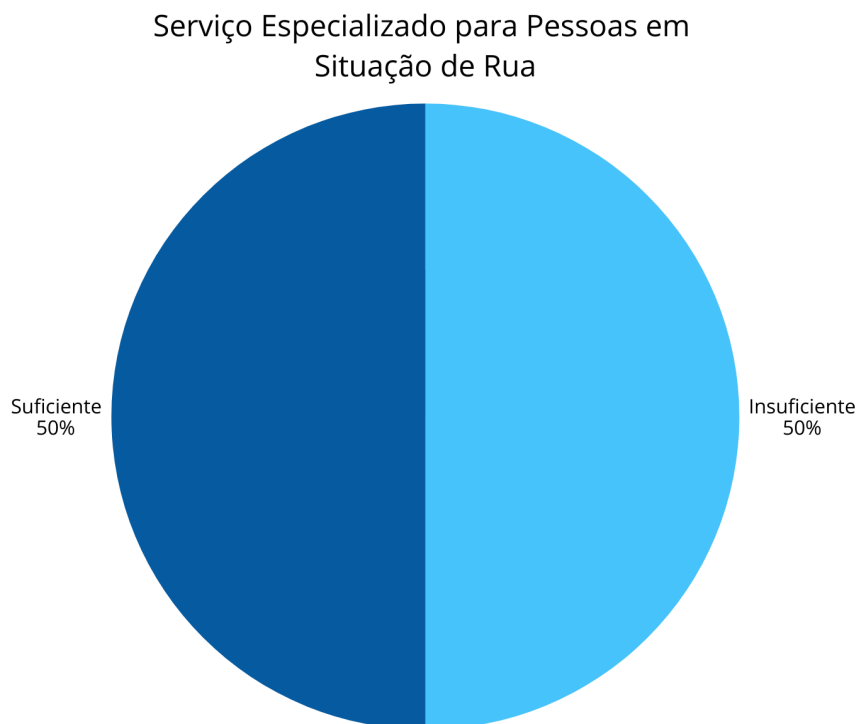


Gráfico 12

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais fragilidades identificadas:

- Oferta limitada do serviço: faltam condições adequadas de alimentação, higiene pessoal e guarda de pertences, o que compromete a função protetiva e a dignidade dos atendimentos.
- Improvisação na execução do serviço: em diversos municípios, a ausência de Centros POP faz com que o atendimento a pessoas em situação de rua ocorra de forma improvisada nos CREAS, sem infraestrutura ou equipe específica para esse público.
- Fragilidade na articulação com a rede socioassistencial: a falta de estrutura adequada enfraquece o vínculo com os serviços do SUAS e compromete a efetividade das ações de inclusão social, proteção e acompanhamento contínuo.

O monitoramento evidencia que o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua na regional de Ariquemes enfrenta desafios estruturais e operacionais que limitam seu alcance e impacto. A ausência de espaços adequados e de recursos essenciais, como alimentação e higiene, inviabiliza o cumprimento pleno de seus objetivos. É urgente fortalecer a política de atenção à população em situação de rua, com investimentos em infraestrutura, ampliação de equipes

especializadas e consolidação de unidades de Centro POP, garantindo condições para uma atuação humanizada, contínua e alinhada às diretrizes nacionais da assistência social.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Porto Velho, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes, idosos, mulheres em situação de violência, adultos e famílias em situação de vulnerabilidade social extrema. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favorece a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Ariquemes, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Ariquemes considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários.

Dos oito equipamentos avaliados, 25% foram classificados como insuficientes, apresentando limitações estruturais significativas que comprometem a oferta dos serviços; 37,5% foram consideradas regulares, atendendo minimamente aos parâmetros estabelecidos; e 37,5% foram classificadas como superior, demonstrando estrutura adequada, organizada e com boas práticas de manutenção e ambientação.

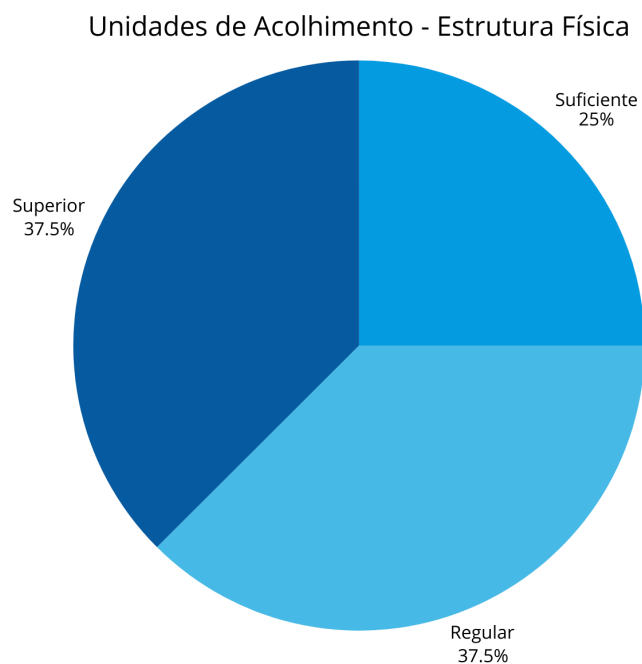


Gráfico 13

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos identificadas:

Pontos Fortes:

- Unidades com estruturas semelhantes a residência e estruturadas com recursos materiais suficientes para suprir as necessidades dos usuários acolhidos.
- Unidades de ambientes salubres, limpos e ventilados.

Pontos Frágeis:

- Falta de acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, comprometendo o acesso e a permanência digna dos usuários.
- Escassez de materiais culturais, esportivos e pedagógicos, o que limita o desenvolvimento de atividades integrativas e socioeducativas voltadas ao bem-estar e fortalecimento de vínculos dos acolhidos.

De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela

rede.

4.2 Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Ariquemes, o monitoramento revelou um quadro de regularidade, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Considerando o total de oito unidades avaliadas, nenhuma foi classificada como irregular; 25% foram consideradas insuficientes, com carência de profissionais em funções essenciais, como cuidadores, orientadores sociais, assistentes sociais e psicólogos; 37,5% obteve classificação regular e 37,5% alcançaram o nível superior, com quadro técnico completo e atuação satisfatória.

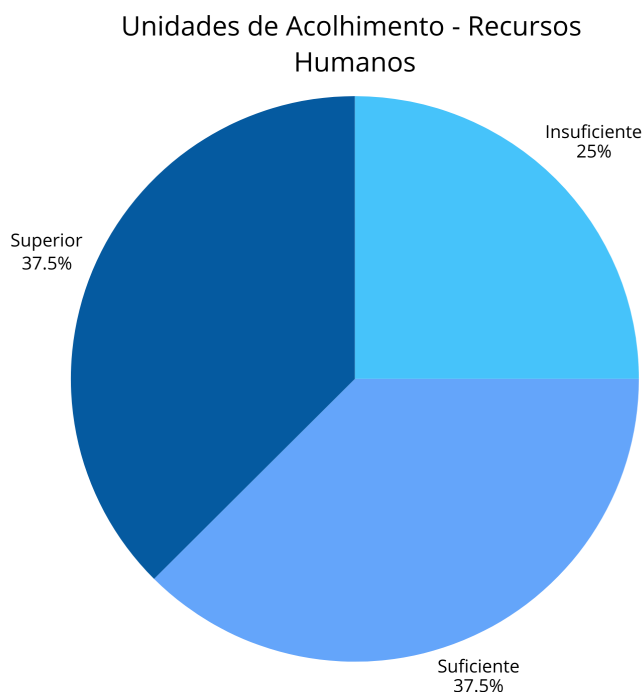


Gráfico 14

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Principais pontos identificados:

Pontos fortes:

- Equipes compostas por quantitativos suficientes em harmonia com a NOB-SUAS/RH.

- Bom conhecimento das equipes do serviço de acolhimento.

Pontos fracos:

- Ausência de equipe técnica de referência completa nas unidades, o que compromete a realização do trabalho social e o acompanhamento qualificado dos usuários acolhidos.
- Necessidade de capacitação dos cuidadores, com foco no fortalecimento das competências socioafetivas e no trabalho articulado com a equipe técnica de referência, visando aprimorar o cuidado e a convivência no espaço institucional.

De forma geral, o cenário aponta para a necessidade urgente de recomposição e fortalecimento de algumas equipes que atuam na alta complexidade, uma vez que a ausência ou insuficiência de profissionais impacta diretamente a qualidade do atendimento e o cumprimento dos objetivos de proteção integral. Além disso, destaca-se a importância de investir em formação continuada e educação permanente, garantindo que os trabalhadores estejam preparados para lidar com as demandas complexas dos usuários acolhidos e assegurar um serviço de caráter humanizado, ético e qualificado.

4.3 Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Ariquemes, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total de sete unidades avaliadas, classificou-se 28,6% como regulares, e 71,4% como superiores, evidenciando avanços importantes na consolidação da oferta, mesmo diante de limitações operacionais:

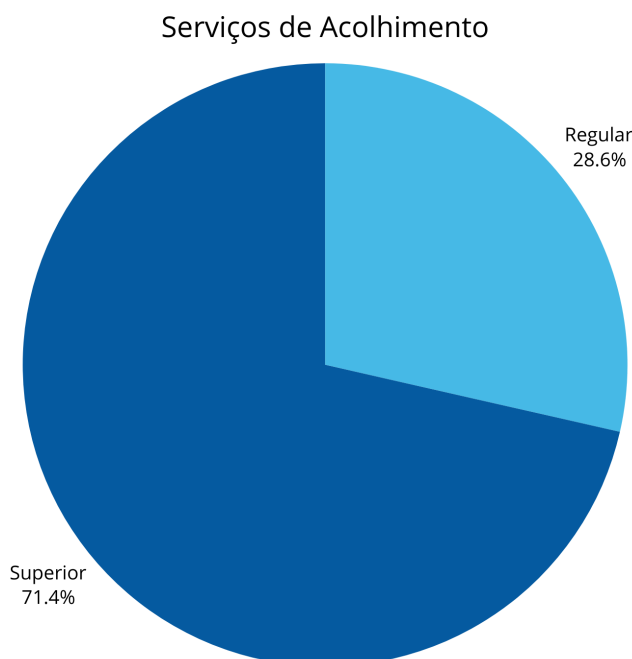


Gráfico 15

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Os resultados indicam o comprometimento das equipes na manutenção dos serviços, ainda que persistam pontos que requerem atenção e aprimoramento para assegurar o atendimento humanizado e o cumprimento integral dos objetivos da alta complexidade.

Os principais pontos de atenção identificados na sequência abaixo.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.

- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Ampliar a articulação com projetos de inserção social produtiva e geração de autonomia, promovendo a reconstrução de trajetórias e a independência das usuárias após o período de acolhimento.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Fortalecer as ações de articulação com políticas de qualificação profissional e inclusão produtiva, contribuindo para a autonomia e reinserção social das famílias acolhidas.

De modo geral, o monitoramento aponta que, embora as condições estruturais e de pessoal ainda representem desafios significativos, o conjunto dos serviços de acolhimento da regional de Ariquemes tem demonstrado capacidade de resposta e compromisso com os princípios da proteção social especial, devendo agora concentrar esforços no fortalecimento das equipes, na integração intersetorial e na qualificação das práticas socioassistenciais.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Ariquemes evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de

gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.